

Orçamento aprova relatório de Serra, com ressalvas

BRASÍLIA — A Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças iniciou ontem à tarde a votação, aprovando, em princípio, o relatório do Deputado José Serra (PMDB-SP), ressalvadas as emendas destacadas. O processo de votação começou pelos capítulos referentes aos sistemas financeiro e tributário, onde as negociações já chegaram a uma fórmula aceitável para a maioria nos pontos principais. Por último, será discutido o Orçamento, com destaque para proposta polêmica, defendida pela bancada nordestina, de distribuição dos recursos orçamentários de acordo com a população e a renda per capita de cada região.

A proposta negociada por Serra com as bancadas do Nordeste e do Rio Grande do Sul — que se constituíram nos maiores grupos de pressão na Comissão — prevê a distribuição de 46 por cento da arrecadação do Imposto de Renda e IPI, da seguinte forma: 21,5 por cento para o Fundo de Participação dos Estados; 22,5 por cento para o Fundo de Participação dos Municípios; e dois por cento para instituições oficiais de fomento do Norte e Nordeste.

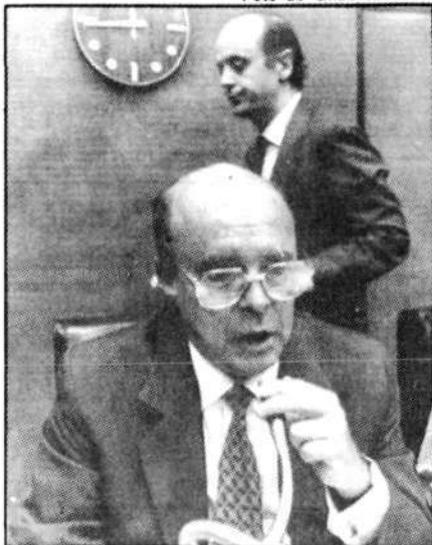
Além disso, dez por cento do IPI seria distribuído entre os Estados, proporcionalmente ao valor de suas exportações de produtos industrializados, até o máximo de 20 por cento do total desta arrecadação. Esta proposta foi um meio-termo do que desejava a bancada gaúcha, que preferia que a divisão fosse feita proporcionalmente ao saldo da balança comercial de cada Estado e não apenas o valor bruto das exportações. O Rio Grande do Sul é um dos Estados de maior saldo e será menos beneficiado do que o Rio de Janeiro, que exporta muito mas tem saldo negativo.

Os gaúchos querem compensar aprovando emenda visando a estancar a evasão de ICM que ocorre quando as grandes lojas vendem a crédito pelas suas próprias financeiras. Em vez de ICM, é cobrado IOF, que vai para a União. Tentarão também, no capítulo do Orçamento, aprovar dispositivo permitindo a conversão em ações das obrigações das empresas estatais, como forma de minorar suas dificuldades.

Uma emenda apresentada ontem com grandes chances de aprovação é do Deputado Airton Sandoval (PMDB-SP) e prevê que o novo esquema de partilha do Fundo de Participação dos Estados seja distribuído a partir de 1988, um ano antes do previsto por Serra.

Enquanto nos capítulos sobre o Sistema Tributário e o Orçamento da União a disputa é regional, no do Sistema Financeiro a divisão é principalmente ideológica. O Relator da Subcomissão, Deputado Fernando Gasparian, conseguiu a inclusão da

Foto de Gilberto Alves



Dornelles aprova o relatório de Serra

extinção imediata das cartas-patentes para bancos, mas ainda vai tentar, com o apoio da "esquerda", aprovar outras emendas. A que tem maiores chances é a de fortalecimento do Banco do Brasil, tornando-o o agente financeiro privilegiado do sistema financeiro oficial. Ele tentará também aprovar a extinção do Conselho Monetário Nacional e sua substituição por uma Comissão Mista do Congresso.

O impasse na Comissão continua sendo a votação da proposta da bancada nordestina de regionalização da aplicação do Orçamento, privilegiando as regiões mais populosas e as de menor renda per capita: o Norte e o Nordeste. Serra considera impossível colocar este tipo de dispositivo, devido ao caráter permanente de um texto constitucional. Alguns integrantes da bancada nordestina mostravam-se dispostos a abrir mão da reivindicação, mas não o fariam de forma isolada.

O Senador Gerson Camata (PMDB-ES) desistiu de apoiar a tese, embora favorecesse seu Estado, por acreditar que ela será derrotada no plenário e, na melhor das hipóteses, serviria como demonstração de força para barganhar alguma outra vantagem.

Na segunda votação realizada ontem, sobre a inversão da pauta, o bloco nordestino apresentou 25 votos e acompanharam o Presidente da Comissão 28 constituintes. Ao final, porém, o Deputado José Luiz Maia (PFL-PI) pediu que a votação tivesse o caráter de teste de forças, tanto que três nordestinos votaram com Dornelles. Na outra votação, o parecer de Serra foi aprovado, com ressalva dos destaques, por 50 votos; três deputados votaram contra (Luís Gushinhein e Virgílio Guimarães, ambos do PT, e Walmor de Luca, do PMDB); e houve uma abstenção, de Irajá Rodrigues (PMDB-RS).

'Moderados' criticam alterações de Severo na Ordem Econômica

BRASÍLIA — A ala "moderada" dos membros da Comissão da Ordem Econômica não gostou do novo substitutivo do Senador Severo Gomes (PMDB-SP), que ficou pronto quinta-feira à noite. Severo manteve a reserva de mercado, a definição de empresa nacional e a imissão imediata da posse aos imóveis desapropriados para fins de reforma agrária. Incluiu ainda a fixação, pela lei, do limite regional para a distribuição da propriedade rural.

— O substitutivo continua com os mesmos defeitos anteriores. Não houve avanço substancial — afirmou o Deputado Delfim Netto (PDS-SP), um dos líderes dos "moderados". Ele disse que a filosofia de Severo continua "a mesma". Também o Deputado Roberto Cardoso Alves não gostou do substitutivo no capítulo referente à reforma agrária.

— Houve uma etapa exaustiva de negociação na casa do Deputado Albano Franco e ele não cedeu naqueles pontos considerados substanciais — afirmou. Momentos antes do início da sessão de votação do substitutivo, o Deputado Marcos Lima (PMDB-MG), representante do "Centro Democrático", também lamentava o anteprojeto:

— Não teve jeito, vai para o confronto. O relator não escutou ninguém. É uma pena. Acho que o Senador Mário Covas está por trás disso.

Assessores de Severo lamentavam a reação negativa, afirmando que ele atendeu a sugestões dos "moderados". Em um capítulo dos Princípios Gerais, os Deputados Antônio Carlos



Professores levaram faixas e cartazes para as dependências do Congresso

Franco (PMDB-SE) e Afif Domingos (PL-SP), e o Senador Albano Franco (PMDB-SE) tiveram propostas acolhidas.

Severo acrescentou oito artigos em seu substitutivo. No capítulo dos Princípios Gerais, acrescentou a repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros. Isto, no artigo referente à ordem econômica. A garantia do direito de propriedade e de sucessão hereditária também foram acrescentadas.

A empresa nacional ganhou nova definição. "Empresa brasileira ou nacional é aquela constituída sob as leis brasileiras, que tenha sua administração sediada no País e cujo controle decisório e de capital pertença a brasileiros", diz o novo texto. A

reserva de mercado foi mantida.

O disciplinamento dos investimentos do capital estrangeiro, pela lei, também sofreu modificação. Além da fixação de limites máximos de remessas ao exterior, a lei tornará obrigatória a divulgação das atividades e resultadas das empresas, conforme é exigido às sociedades de capital aberto, diz o texto.

Outro ponto modificado foi o da atuação do Estado sobre a atividade econômica. O artigo sexto ficou com a seguinte redação: "O Estado, nos limites fixados nesta Constituição, atuará sobre a atividade econômica". Acrescentou-se ao artigo o apoio, pela lei, de cooperativismo e outras formas de associativismo. Pelo novo substitutivo, as pequenas e microempresas terão tratamento diferenciado instituído por lei, no que

A saída: distribuir senhas para evitar desordens nas galerias

BRASÍLIA — Preocupado com a ocorrência de tumultos durante a votação de substitutivo do Senador Severo Gomes (PMDB-SP), o Presidente da Comissão da Ordem Econômica, Deputado José Lins (PMDB-CE), resolveu que só poderá assistir à votação quem tiver uma senha distribuída pelos membros da Comissão ou pelas lideranças dos Partidos com representação.

Pelos corredores do Congresso cir-

culavam ontem cerca de 1.200 lavradores sem terra convocados pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), fazendeiros ligados à União Democrática Ruralista (UDR) ou à Tradição, Família e Propriedade (TFP) e sindicalistas da CUT e CGT. Logo na abertura da sessão, à tarde, o Deputado Amaury Muller (PDT-RS) disse ao Presidente José Lins que estava preocupado:

— Sinto um clima de guerra. Peço

a Vossa Excelência que requeira à Presidência da Constituinte um controle rígido de acesso às galerias, inclusive com revistas, para evitar a entrada de pessoas armadas.

Além das senhas e da mobilização da segurança, José Lins proibiu faixas nas galerias e informou que o acesso ao plenário seria feito por uma única entrada.

Cada um dos 63 membros da Co-

missão recebeu 21 senhas, sete para cada dia de votação. Seus convidados ocuparão metade das 936 cadeiras nas galerias. A outra metade foi distribuída entre os partidos, com base na proporcionalidade das bancadas: o PMDB, com 253 senhas, e o PFL, com 111, receberam mais. As senhas não assinadas pelo Segundo Vice-Presidente da Câmara, Jorge Arbage (PDS-PA), e foram impressas em três cores, para cada dia.

se referir a matéria de natureza tributária, comercial ou administrativa.

O Relator da Comissão da Ordem Econômica também conferiu poderes aos Estados para fazerem a legislação complementar sobre a exploração e aproveitamento dos recursos minerais nas questões relativas ao meio ambiente. Eles poderão também participar da outorga de direitos minerais, da fiscalização e do aproveitamento dos recursos minerais, de acordo com a lei.

Ainda no capítulo dos Princípios Gerais, Severo retirou o monopólio ao processamento do petróleo.

Severo atendeu a algumas sugestões dos "progressistas" nos capítulos das questões urbanas e rural. Mas não satisfaz a alguns representantes da ala.

—O substitutivo agradou mais ou menos — afirmou o Deputado Virgildásio de Senna (PMDB-CE). O Deputado Aldo Arentes (PC do B-GO), disse que o anteprojeto "está longe" do que seu partido pretende.

Além de direito a condições de vida urbana dignas para o cidadão e sua família, Severo Gomes incluiu no artigo 20 o acesso à moradia, transporte coletivo, saneamento básico, saúde e lazer, cabendo ao Estado assegurar condições para isso. Este deverá também formular programas populares de aluguel. Severo assegurou o direito da propriedade urbana, subordinada à sua função social.

O novo substitutivo de Severo mantém a imissão imediata da posse aos imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

Substitutivo proíbe estrangeiro ser dono de jornal, rádio e TV

BRASÍLIA — Os estrangeiros não poderão ser proprietários de empresas jornalísticas — inclusive emissoras de rádio e televisão — nem administrá-las, segundo o novo substitutivo do Relator da Comissão da Ordem Econômica, Senador Severo Gomes (PMDB-SP). A determina-

ção encontra-se no capítulo 18 dos Princípios Gerais e é uma novidade em relação ao primeiro substitutivo feito pelo Relator.

Além de estrangeiros, o artigo veda também a propriedade e administração de empresas jornalísticas a sociedades por ações ao portador e a

sociedades que tenham, como acionistas ou sócios, estrangeiros ou pessoas jurídicas (é feita exceção a partidos políticos).

Somente brasileiros natos poderão ficar responsáveis por esse tipo de empresa e orientá-la intelectual e administrativamente. O parágrafo 2 do

artigo prega ainda que, sem prejuízo da liberdade de pensamento e de informação, a lei poderá estabelecer outras condições para a organização e o funcionamento das empresas jornalísticas, de televisão ou de radiodifusão, no interesse do regime democrático.